

Autonomia ao Banco do Brasil (foto) e à Caixa no combate à crise é questionada



flickr/famondobert

## Lula não quer 3º mandato, diz Sarney

Presidente do Senado defende reforma política ampla, que poderia aumentar duração do mandato, sem reeleição

**E**m audiência concedida ao presidente da Assembleia Legislativa do Amapá, deputado Jorge Amanajás (PSDB), o presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lhe afirmou que “não aceita a tese do terceiro mandato ou quaisquer outras iniciativas nesse sentido”. A informação foi transmitida à imprensa por meio de nota no início da noite.

No encontro, de acordo com a assessoria de imprensa, Sarney classificou os comentários sobre um terceiro mandato como especulação e defendeu uma reforma política ampla, séria e efetiva que, entre outros temas, poderá até abranger o mandato do presidente da República. Ele também disse, segundo sua assessoria, que, pessoalmente, aceita a tese de aumento do mandato, mas sem direito à reeleição. Sarney explicou que, com base em sua experiência, quatro anos é pouco tempo, mas cabe ao Congresso decidir sobre o assunto.

Jane Araújo



Sarney admite que quatro anos de mandato é pouco tempo

DEMOSTENES TORRES

“Há um potencial de corrupção nesses negócios, cuja finalidade é desconhecida.”

ROMERO JUCÁ

“O governo tem transparência. O governo quer acertar, não quer fazer nada errado.”

EDUARDO SUPLYCY

“A Câmara agiu com bom senso ao facilitar o trabalho do BB e da Caixa na crise.”

## Mudança na MP dos Bancos gera polêmica

Governistas e opositoristas analisam de formas diferentes a decisão da Câmara dos Deputados de conceder maior liberdade ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal nas aquisições de bancos em dificuldades. As mudanças foram feitas no projeto de conversão da Medida Provisória 443 enviado pelo Senado àquela Casa. Enquanto os aliados do governo consideram as alterações uma maneira de dar agilidade nas negociações, os membros da oposição protestam contra o que seria um excesso de autonomia. **2**

## Comissões devem eleger presidentes na próxima semana

Pelo Regimento do Senado, prazo para escolha de presidente e vice das 11 comissões permanentes encerra-se no começo da semana. **2**

## Mulheres abrem espaço na direção do Senado

A presença de duas senadoras na Mesa diretora encerra período de dez anos em que mulheres só ocuparam suplências. **3**

## Comissão anticrise tem apoio de senadores

O presidente e o vice da Comissão de Relações Exteriores, Heráclito Fortes e Eduardo Azeredo, dizem que iniciativa pode ser útil ao país. **4**

Governo apoia alterações feitas pela Câmara na medida que permite ao Banco do Brasil e à Caixa adquirirem instituições financeiras em dificuldade, mas oposição é contra

## Mudança na MP dos Bancos gera divergências no Senado

A DECISÃO DA Câmara dos Deputados de conceder maior liberdade ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal na aquisição de bancos em dificuldades está sendo vista de maneiras distintas por governistas e senadores da oposição.

Os primeiros consideram a mudança no texto da Medida Provisória 443/08 aprovado pelo Senado uma maneira de dar agilidade às negociações a serem empreendidas pelas duas instituições na atual crise. Já os opositoristas protestam contra o "excesso de autonomia".

Demostenes Torres (DEM-GO), por exemplo, censurou a retirada pela Câmara de um artigo – introduzido na MP pelo Senado – que obrigava os dois bancos a prestarem conta das negociações ao Congresso. Para o senador, a mudança feita pelos deputados corresponde a "assinar um cheque em branco".

– É lamentável que o Legislativo tenha aberto mão do seu papel de fiscalizador – reagiu Demostenes, que acusou o governo de "traição", pois teria aceitado os termos da nova redação dada pelos senadores, para, em seguida, reverter a mudança na Câmara, onde tem maioria.

No entender de Eduardo Suplicy (PT-SP), no entanto, a Câmara apenas "agiu com bom senso, ao facilitar o trabalho do Banco do Brasil e da Caixa num momento em que a crise de liquidez



Demostenes vê "potencial de corrupção" nas possíveis sociedades



É preciso dar agilidade ao Banco do Brasil e à Caixa, considera Suplicy

pode eventualmente colocar em risco alguma instituição financeira, com prejuízos potenciais para o sistema como um todo e a economia brasileira".

Suplicy defendeu ainda outra modificação feita pela Câmara: a extensão do prazo até 2011 para que essas aquisições possam ser feitas, com prorrogação de 12 meses, enquanto o texto originário do Senado impedia aquisições depois de dezembro

deste ano, prevendo-se também uma prorrogação por 12 meses.

O senador petista é de opinião que a crise não será resolvida no curto prazo. Apresenta-se "em uma perspectiva difícil", o que justifica, segundo ele, a ampliação do prazo. O risco, na opinião de Demostenes, é que o governo use essa liberdade de ação para uma estratégia estatizante, além dos horizontes da crise.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), assinalou que a Câmara tem autonomia para fazer mudanças. Ele disse ter respeitado a posição da maioria que aprovou o texto no Senado, embora visse as restrições introduzidas como um "engessamento" do BB e da Caixa.

Jucá rejeitou a desconfiança da oposição acerca de outro ponto da votação na Câmara: a concessão de maior flexibilidade à Caixa para se associar a construtoras. Pelo texto do Senado, a Caixa só poderia se associar às companhias em empreendimentos específicos e no limite de 40% do capital. Esses entraves foram eliminados pelos deputados, o que levou Demostenes a levantar suspeitas sobre a lisura dessas possíveis sociedades.

– Há um potencial de corrupção nesses negócios, cuja finalidade será desconhecida – afirmou o senador, a quem Jucá respondeu dizendo que "o governo tem transparência, e quer acertar".

## Agenda

### Plenário

Sessão não-deliberativa, destinada a pronunciamento de senadores, está marcada para as 9h. Até as 20h30 de ontem, a Secretaria Geral da Mesa havia registrado a inscrição de 23 senadores para ocuparem a tribuna.

## Presidentes das comissões devem ser eleitos na próxima semana

A escolha dos presidentes e vice-presidentes das 11 comissões permanentes do Senado deverá ser realizada na próxima semana. O Regimento Interno da Casa determina que, "nos cinco dias úteis que se seguirem à indicação dos líderes, cada comissão reunirse-á para instalar seus trabalhos e eleger, em escrutínio secreto, o seu presidente e o vice-presidente".

Caso o prazo não seja cumprido, serão investidos nos cargos os dois titulares mais idosos, até que se realize a eleição. O regimento também estipula que, havendo empate, o pleito se repetirá no dia seguinte. Se o resultado persistir empatado, será considerado eleito o senador mais idoso dos que estiverem na disputa.

O presidente eleito terá como competência ordenar e dirigir os trabalhos da comissão, dar conhecimento aos colegas das matérias recebidas, designar relatores para as propostas, escolher os membros das subcomissões e fixar a sua composição, resolver as questões de ordem e representar o colegiado junto à Mesa, às outras

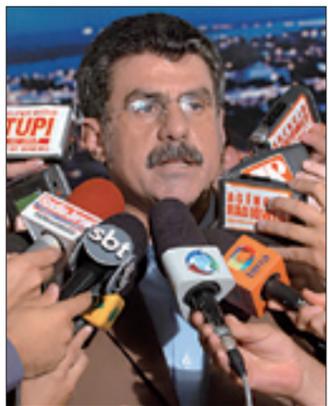
comissões e aos líderes.

### Desempate

Também cabe aos presidentes de comissões convocar reuniões extraordinárias, promover a publicação das atas das reuniões no *Diário do Senado Federal*, solicitar os serviços de funcionários técnicos para estudo de determinado trabalho, convidar especialistas particulares para assessorar no exame de matérias, desempatar votações não secretas, distribuir matérias às subcomissões e assinar o expediente.

As 11 comissões permanentes são: de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), de Serviços de Infra-Estrutura (CI), de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

## MP das entidades filantrópicas está na ordem do dia da Câmara dos Deputados



Projeto de Romero Jucá sobre o assunto aguarda exame da CAE e da CAS

A medida provisória (MP) que altera as regras para a certificação de entidades beneficentes de assistência social – as chamadas **filantrópicas** – é o primeiro item da ordem do dia da Câmara e só não teve sua análise iniciada ontem porque as votações foram suspensas em razão da morte do deputado Adão Pretto.

A tramitação da MP 466/08 naquela Casa foi possibilitada por um procedimento que reconstituiu a matéria, cujo original permanece arquivado no Senado

por decisão do então presidente da Casa, Garibaldi Alves.

Em atendimento a ofício da Câmara, o Senado enviou àquela Casa cópia da MP. O procedimento foi feito com base no artigo 5º da Constituição. Um dos dispositivos desse artigo assegura que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral.

Em 24 de novembro, insatisfeito com o excesso de MPs, Garibaldi Alves anunciou sua

decisão de devolver a proposta ao Executivo. Ele argumentou que a matéria não atendia aos pressupostos de urgência e relevância, exigidos para MPs.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou recurso contra a decisão à Comissão de Justiça (CCJ), ainda não apreciado. Também apresentou projeto de lei (PLS 462/08) sobre o assunto. A proposta tramita nas comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.



Garibaldi alegou o não-atendimento a pressupostos de urgência e relevância

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Marconi Perillo  
**2º Vice-Presidente:** Serys Slhessarenko  
**1º Secretário:** Heráclito Fortes  
**2º Secretário:** João Vicente Claudino  
**3º Secretário:** Mão Santa  
**4º Secretário:** Patrícia Saboya  
**Suplentes de Secretário:** César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira  
**Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli  
 O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Davi Emerich (61) 3303-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Mikhail Lopes  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
**Tratamento de imagem:** Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3303-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.  
 CEP 70165-920



Câmara dos Deputados

Deputado Adão Preto morreu ontem no RS

## Senado faz homenagem a Adão Preto

O Senado encerrou a sessão da tarde de ontem em homenagem ao deputado federal Adão Preto (PT-RS), que morreu pela manhã em seu estado. Após a leitura de três requerimentos de votos de pesar pelo falecimento, vários senadores usaram a palavra para homenagear o parlamentar.

Valter Pereira (PMDB-MS) ressaltou o importante trabalho de Adão Preto em defesa da agricultura familiar durante a Assembléia Constituinte, em 1988.

José Nery (PSOL-PA) destacou os principais cargos exercidos por Adão Preto, entre os quais cinco mandatos como deputado federal. Assinalou também a participação do parlamentar, em 2007 e 2008, nos trabalhos da Frente pela Erradicação do Trabalho Escravo. Marco Maciel (DEM-PE) citou a participação de Adão Preto na Pastoral Parlamentar Católica. Já Heráclito Fortes (DEM-PI) lembrou o ótimo convívio que teve com o deputado no Congresso.

Mão Santa (PMDB-PI) chamou atenção para as semelhanças entre Adão Preto e o senador Paulo Paim (PT-RS), ambos da mesma geração e da mesma cidade (Caxias do Sul), com os mesmos ideais e militância política.

### Previdência

Augusto Botelho (PT-RR) mencionou a publicação sobre Previdência Social, de autoria de deputado, voltada para agricultores. E Romeu Tuma (PTB-SP) elogiou o "amor de Adão Preto aos agricultores pobres deste país".

Ao final da sessão, a 2ª vice-presidente da Casa, Serys Slhessarenko (PT-MT), pediu um minuto de silêncio em homenagem ao deputado.

Desde 1998, quando Junia Marise elegeu-se 2ª vice-presidente, senadoras ocuparam somente postos de suplente de secretário. Nesta semana, Serys Slhessarenko foi escolhida 2ª vice-presidente e Patrícia Saboya, 4ª secretária

# Depois de dez anos, senadoras voltam a ser eleitas para cargos titulares da Mesa

PARA O BIÊNIO 2009/2010, a Mesa do Senado Federal terá duas mulheres entre seus integrantes: Serys Slhessarenko (PT-MT) ocupará a 2ª Vice-Presidência e Patrícia Saboya (PDT-CE), a 4ª Secretária. Com isso, encerra-se um período de dez anos em que as senadoras ocuparam somente cargos de suplente na Comissão Diretora. Escolhidas por suas respectivas bancadas na Casa, as senadoras foram indicadas esta semana por acordo partidário.

A atual legislatura tem dez mulheres entre

seus 81 integrantes. No total, são 11 os lugares da Mesa – presidente, dois vices, quatro secretários e quatro suplentes.

Segundo levantamento da Secretaria Geral da Mesa, a partir da Nova República, que marcou a redemocratização do Brasil (1985), mais de uma mulher em cargos da Mesa não é situação inédita, mas certamente é rara: ocorreu apenas no biênio 1997/1998, quando a ex-senadora Junia Marise (MG) elegeu-se 2ª vice-presidente e as ex-senadoras Marluce Pinto (RR) e Emilia Fernandes

(RS) ocuparam suplências.

Desde 1985, a primeira mulher a ser eleita para um cargo da Comissão Diretora do Senado foi também a primeira senadora brasileira, Eunice Michilles, do Amazonas, que ocupou a 4ª Secretária no biênio 1985/1986. Junia Marise participou da Mesa, nos anos 1993/1994, como titular da 3ª Secretária, e Emilia Fernandes foi eleita suplente em maio de 1996, para terminar o biênio 1995/1996, por afastamento do ex-senador Luís Alberto de Oliveira.

## Participação feminina na Comissão Diretora

Período: 1985 a 2009

Biênio	Cargo	Nome	Partido	Estado
1985/1986	4º secretário	Eunice Michilles	PFL	AM
1993/1994	3º secretário	Junia Marise	PDT	MG
1995/1996	4º suplente de secretário	Emilia Fernandes	PTB	RS
1997/1998	2º vice-presidente	Junia Marise	Bloco	MG
	1º suplente de secretário	Emilia Fernandes	PTB	RS
	4º suplente de secretário	Marluce Pinto	PMDB	RR
1999/2000	4º suplente de secretário	Marluce Pinto	PMDB	RR
	2º suplente de secretário	Marluce Pinto	PMDB	RR
2001/2002	3º suplente de secretário	Maria do Carmo Alves	PFL	SE
	2º suplente de secretário	Serys Slhessarenko	Bloco-PT	MT
2003/2004	1º suplente de secretário	Serys Slhessarenko	PT	MT
2009/2010	2º vice-presidente	Serys Slhessarenko	PT	MT
	4º secretário	Patrícia Saboya	PDT	CE

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado

## Serys: "Paz depende de mais poder às mulheres"

Pouco depois de presidir uma sessão do Senado pela primeira vez na condição de 2ª vice-presidente da Casa, Serys Slhessarenko (PT-MT) recebeu ontem a Agência Senado em seu gabinete. Bem-humorada, a senadora ainda ria da brincadeira feita por Augusto Botelho (PT-RR), minutos antes, ao dizer a ela que mulheres não poderiam participar da Mesa, por incomodarem a todos com os lugares que escolhem para colocarem suas bolsas.

Serys respondeu a perguntas sobre suas missões na Mesa diretora, suas muitas atividades no Senado – que agora aumentam com o novo cargo –, sobre as missões das mulheres na política e sobre suas expectativas quanto ao futuro.

Na opinião da senadora, é necessário participação mais ativa da mulher na luta político-partidária, "para que a gente chegue realmente às instâncias de poder".

– A paz, no mundo ou dentro de uma casa, por menor que ela seja, gira também em função do "empoderamento" da mulher; de a mulher não ser uma pessoa dentro de casa humilhada, desrespeitada, violentada, que a violência doméstica é uma coisa extremamente grave, não só no Brasil, mas na maioria dos países. Isso tem de ser superado para que a paz seja mais facilmente conquistada.



Serys diz que é necessário participação feminina mais ativa na política do país

Indagada se a lei de cotas para mulheres, entre os candidatos a cargos proporcionais, já contribuiu para aumentar a presença feminina na política, e o que mais pode ser feito, a senadora observou que essa legislação "é extremamente importante", mas não é o suficiente.

– Não adianta só ter uma lei que estabelece esse percentual [30% das candidaturas de todos os partidos, a cargos proporcionais, para as mulheres]. Precisamos de outras questões que nos ajudem: mais recursos nas campanhas, mais espaço na mídia na hora da campanha, mais espaço para as mulheres nos programas políticos exibidos fora das campanhas.

### Dificuldades

Serys lembrou que as mulheres têm outras dificuldades. "Culturalmente, ela ainda é tida como quem tem que arrumar a casa,

cuidar dos filhos, lavar a roupa, fazer todas as lides da casa, cuidar da família. É a terceira, a quarta jornada de trabalho", assinalou.

Comentando o chamado matriarcado brasileiro de que falava o professor e ex-senador Darcy Ribeiro, ao referir-se ao grande número de famílias no país chefiadas por mulheres, Serys frisou:

– Um matriarcado que não é matriarcado, porque a mulher tem que tomar conta das coisas, mas não tem poder, não tem emprego digno, não tem quem ajude, não tem nada. Mas há avanços grandes, como a mulher poder ter o lote rural em nome dela, poder se inscrever para pegar uma habitação popular. Até bem pouco tempo isso não era verdadeiro. Há 70 anos a gente não podia sequer votar, imagina ser senadora ou deputada.

Quanto às suas atividades na Mesa diretora, Serys afirmou:

– Tem muita coisa pra fazer. O presidente José Sarney falou, em seu discurso de posse, das prioridades, e as prioridades que ele elencou, no meu ponto de vista, têm de ser consideradas como prioridade. Tanto a reforma tributária como a reforma política, a ampliação da discussão sobre as medidas provisórias, aprofundar e melhorar cada vez mais o relacionamento com os outros Poderes, preservando a autonomia do Poder Legislativo.



Senadora esteve à frente da CAS e da CPI da exploração de crianças e adolescentes

## Patrícia Saboya já presidiu duas comissões

Confirmada no cargo de 4ª secretária da Mesa, a senadora Patrícia Saboya apresenta em seu currículo a presidência da comissão parlamentar de inquérito que investigou, entre 2003 e 2004, a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Ela também esteve à frente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS): primeiro como vice-presidente, entre 2005 e 2006, e em seguida como presidente, entre 2007 e 2008. E é a autora dos projetos que ampliam a licença-maternidade – transformada na Lei 11.770/08 – e a licença-paternidade, que tramita na Câmara.

Mãe de quatro filhos, Patrícia nasceu em Sobral (CE), em 1962. Antes de ser eleita para o Senado, já havia sido primeira-dama de Fortaleza e do Ceará – ela foi casada com Ciro Gomes, ex-prefeito (1989-1990) e ex-governador (1991-1995), que atualmente é deputado federal pelo PSB. Em 1996, tornou-se vereadora em Fortaleza, e, em 1998, deputada estadual pelo PPS. No Senado, em 2003, passou a coordenar a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### Disputa

A indicação para a 4ª Secretária foi precedida de polêmica: PDT e PR pleiteavam a vaga. O PDT alegava que a legenda tinha direito ao cargo devido ao critério de proporcionalidade partidária. Atualmente, o PR conta com quatro senadores, enquanto o PDT tem cinco. Mas o PR argumentava que, considerando-se o número de parlamentares à época da diplomação, tinha a mesma quantidade de senadores que o PDT. Após um novo acordo, o PR desistiu da vaga, ficando com uma suplência.



Agostinho/TRE06

Arcebispo lutou pelos direitos humanos durante a ditadura

## Dom Hélder Câmara pode ser homenageado

Três senadores apresentaram requerimentos pedindo a realização de sessão especial em homenagem ao centenário de nascimento de dom Hélder Câmara.

Cristovam Buarque (PDT-DF), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) propuseram homenagear o ex-arcebispo de Olinda e Recife, que nasceu em 7 de fevereiro de 1909. Durante 20 anos no cargo, período que coincidiu com o regime militar no país, dom Hélder foi reconhecido por suas ações em defesa dos direitos humanos.

Um dos idealizadores e fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Hélder foi secretário-geral da entidade por 12 anos.

No requerimento, Jereissati destaca que "dom Hélder Câmara foi um dos mais ilustres brasileiros, um homem de Deus que devotou sua vida ao cumprimento dos preceitos cristãos, seja em que circunstância ou quais consequências sua fé pudesse lhe acarretar, mesmo quando sua própria vida estivesse em jogo". O texto de Jereissati foi subscrito também pelos senadores Marco Maciel (DEM-PE), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Patrícia Saboya (PDT-CE) e Mário Couto (PSDB-PA).

Os requerimentos ainda têm que ser lidos em Plenário e em seguida votados para, então, ser definida a data em que ocorrerá a sessão especial.

### Biografia

Hélder Pessoa Câmara nasceu em Fortaleza. Filho de um jornalista e uma professora, teve mais 12 irmãos. Formado em Filosofia e Teologia, ele celebrou sua primeira missa aos 22 anos de idade e, em seguida, foi nomeado diretor do Departamento de Educação do Estado do Ceará, cargo que exerceu por cinco anos. Eleito bispo auxiliar do Rio de Janeiro pela CNBB no dia 20 de abril de 1952.

Aos 55 anos, dom Hélder Câmara foi nomeado arcebispo de Olinda e Recife. Foi uma das lideranças da luta contra o autoritarismo e contra os abusos aos direitos humanos praticados durante a ditadura. Morreu aos 90 anos, em 27 de agosto de 1999, devido a uma parada cardiorrespiratória.

Criação de um colegiado que acompanharia as medidas visando manter o ritmo da economia foi sugerida pelo presidente do Senado, José Sarney, logo após sua posse

# Heráclito e Azeredo querem comissão para debater crise

A CRIAÇÃO DE uma comissão especial para acompanhar a crise econômica internacional, sugerida pelo presidente do Senado, José Sarney, logo após a sua eleição, poderá ajudar a Casa a buscar novas alternativas para o país, no momento em que a recessão se espalha por diversas nações desenvolvidas. Essa é a avaliação do presidente e do vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senadores Heráclito Fortes (DEM-PI) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Após conversar ontem com Sarney, o presidente do colegiado observou que ainda será necessário estabelecer o formato da comissão. Mas as suas principais atribuições, adiantou Heráclito, seriam alertar para as dificuldades a serem enfrentadas pelo país e sugerir medidas de combate aos efeitos da crise.

– A proposta de criação da comissão é muito interessante e ajudará o Senado a não ficar a rebouque dos acontecimentos – previu Heráclito.

Eduardo Azeredo também considerou "muito oportuna" a sugestão apresentada pelo novo presidente do Senado. Ele ressaltou que a crise econômica tem demonstrado que pode ser bem mais longa do que se imaginara antes e, depois de abalar os mercados, provocando quedas nas bolsas de valores, já causa estragos na economia



José Cruz



José Cruz

Para Heráclito (foto ao alto) e Azeredo (acima), Senado pode sugerir soluções contra efeitos da turbulência

real, levando milhões de trabalhadores ao desemprego em diversas partes do mundo.

Eduardo Azeredo citou como exemplo dos efeitos da crise a redução da produção de ferro gusa em Sete Lagoas (MG). Dos 38 fornos existentes no município, informou, apenas quatro estão em funcionamento. Por isso, já existem na cidade mais de 5 mil novos desempregados. Em sua opinião, o Senado pode desempenhar um papel importante na tentativa de evitar que situações como essa se espalhem pelo país.

– A comissão pode acompanhar os fatos internacionais e as providências nacionais, além de apresentar sugestões e cobranças. Podemos fomentar a discussão sobre a crise, lembrando que várias cabeças pensando juntas levam a melhores resultados – afirmou Eduardo Azeredo.

Um dos temas que poderiam ser analisados pela comissão, em sua opinião, seria o combate à burocracia. As obras de construções de rodovias, por exemplo, estariam mais lentas do que o esperado, conforme avalia, por causa das complexas normas legais para a desapropriação de áreas por onde passarão as estradas.

Para Azeredo, o arcabouço legal vem dificultando a realização de obras de infraestrutura que gerariam milhares de empregos.



Gerardo Magela

De acordo com Mário Couto, o Pará é o estado mais violento do país

## Mário Couto lamenta violência crescente no Pará

O senador Mário Couto (PSDB-PA) chamou ontem a atenção para o aumento da violência em seu estado. Ele citou uma série de reportagens que mencionam índices de até 40% de crimes.

Mário Couto disse já ter procurado autoridades e enviado ofícios aos ministérios públicos estadual e federal, pedindo providências. O parlamentar cobrou uma atitude mais assertiva da governadora do estado, Ana Júlia Carepa, no combate ao problema.

– A violência mata, massacra e aterroriza. Certamente o estado mais violento deste país é o Pará – avaliou.

O senador lamentou a morte de seu cardiologista, brutalmente "executado por 20 bandidos", segundo informou. E registrou ainda o seu pesar pela morte do deputado Adão Pretto (PT-RS), em decorrência de uma pancreatite.

## José Nery pede prioridade à PEC do trabalho escravo

O presidente da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo, senador José Nery (PSOL-PA), informou que vai visitar o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, na primeira semana de março, para pedir prioridade na tramitação da proposta de emenda à Constituição do trabalho escravo (PEC 438/01). Senadores integrantes do colegiado, que funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), além de deputados que defendem a causa e representantes da Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, deverão acompanhar José Nery.

O senador disse que, em 2008, esteve com o então presidente da Câmara Arlindo Chinaglia em duas oportunidades para pedir o empenho daquela Casa visando à aprovação da PEC. Agora, ele quer reforçar a solicitação junto à nova Mesa e às lideranças partidárias.

Em 2009, ressaltou, parlamentares pretendem criar a Comissão Parlamentar Mista de Erradicação do Trabalho Escravo para fortalecer os esforços de organizações e entidades da sociedade civil. Para dar encaminhamento à proposta, informou o senador, as assina-



Márcio Kallume

José Nery conversará sobre a proposta com Temer, presidente da Câmara

turas necessárias começarão a ser coletadas.

### Mobilização

José Nery destacou que a criação da subcomissão e a instalação da Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo foram ações que permitiram a retomada da mobilização social e política, bem como das articulações necessárias para o combate a esse crime.

– Temos que fazer com que o tema não seja lateral e esquecido, e que não se trate dele apenas a cada vez que um novo grupo de trabalhadores é libertado em condições análogas à de escravo.

A PEC 438/01, que prevê o confisco de terras em que sejam encontrados trabalhadores em

condição comparável à escravidão, já foi aprovada pelo Senado e encaminhada à Câmara dos Deputados, onde a matéria foi acolhida em primeiro turno e aguarda a segunda votação desde 2004.

– A aprovação da PEC representa um duro golpe naqueles que teimam em se envolver com o crime de trabalho escravo, porque ela prevê a expropriação, o confisco, sem direito a qualquer indenização. E como isso mexe com o bolso dos escravagistas, fazendeiros e empresas, acreditamos que a proposta não representará exatamente a possibilidade de erradicar o trabalho escravo, mas será um instrumento poderoso para inibir essa prática criminosa – disse José Nery.

O senador acrescentou ser necessário também debater o trabalho escravo no âmbito do Mercosul e conhecer a situação dos trabalhadores em condições degradantes na América Latina. Ele defende a articulação de ações gerais que envolvam os países do bloco econômico.

José Nery informou, ainda, que há países, como Paquistão e Índia, em que os trabalhadores em condições análogas à de escravo chegam a "milhares ou até mesmo a milhões".



Gerardo Magela

Camata elogia "maestria" do ministro Hélio Costa em relação à TV digital

## Camata destaca início da TV digital no Espírito Santo

Gerson Camata (PMDB-ES) comunicou ontem que o Espírito Santo será o mais novo estado a adotar a TV digital, com a inauguração, na segunda-feira, dos sistemas digitais da TV Gazeta, repetidora da TV Globo, e da TV Vitória, que transmite a TV Record.

A cerimônia, a ser realizada na sede do governo capixaba, terá a participação do ministro das Comunicações, o senador licenciado Hélio Costa, que, na avaliação de Camata, agiu com "maestria" ao incentivar os estudos que resultaram no sistema digital adotado pelo país.

– O ministro ouviu todas as emissoras do Brasil, convocou técnicos brasileiros que produziram um sistema com a portabilidade do sistema japonês, mas com nuances introduzidas com estudos da USP [Universidade de São Paulo] e da Federal do Rio Grande do Sul – disse Camata.